

*Rousseau, a revolução e os nossos fantasmas**

MILTON MEIRA DO NASCIMENTO

Quando nos dispomos a realizar um trabalho, cujo núcleo não vai no sentido da análise do texto e, portanto, não faz a sua exegese, mas se coloca na perspectiva de investigá-lo na sua erosão, isto é, enquanto lido e interpretado de várias maneiras, algumas questões precisam ser esclarecidas logo de início.

Em primeiro lugar, somos tentados a contrapor, à multiplicidade de leituras, o texto do autor lido, como se todas elas se constituíssem numa espécie de desvio, falsa interpretação e assim por diante. Neste caso, o texto do autor — cujos leitores não estariam percebendo, intencionalmente ou não, a sua verdade, ou seja, aquilo que ele quis dizer ao realizar a sua obra ou então aquilo que o seu texto revela — pressuporia um trabalho prévio de exegese. Ora, todos nós sabemos que, por mais que as exegeses se repitam e se tornem cada vez mais exaustivas, elas não conseguem chegar ao limite e à plenitude da melhor leitura possível. Nem por isso elas deixam de ter o seu valor e respondem, num grau maior, à necessidade mínima de que o leitor ou o ouvinte entenda o que está lendo ou ouvindo e possa, desta forma, iniciar uma conversa com o autor. Ao oferecermos então o texto do autor contra todas as suas interpretações, estaríamos pressupondo ter encontrado a chave da

(*) A inspiração para este artigo o autor foi buscar na argüição de sua tese de mestrado, feita pelo prof. Roberto Salinas Fortes e publicada na revista *Almanaque*, nº 9.

melhor leitura, a verdade do texto. E todas as outras leituras se colocariam numa relação de proximidade ou de afastamento dessa boa leitura. Não seria difícil, neste caso, identificarmos os bons e os maus leitores. E aqueles que conseguissem um grau tão elevado de interpretação, que pudesse nivelar-se à do exegeta, ganhariam o prêmio após o esforço da busca e do encontro da ótima leitura.

Mas se a nossa exegese não fosse ainda a melhor possível, cometeríamos certamente algumas injustiças. Daríamos talvez o prêmio a quem não o tivesse merecido. Não nos restaria outra saída, para continuarmos no caminho da virtude, a não ser perseguirmos incansavelmente a boa medida, a melhor leitura. E enquanto continuamos nesta busca incessante, não temos condições de oferecer o texto do autor contra as suas leituras.

Num segundo momento, poderíamos tentar, sempre na linha de uma exegese, aproveitar todas as interpretações, somá-las às nossas, na esperança de que o trabalho em conjunto nos facilitasse a tarefa de abordagem do nosso objeto de pesquisa, abordagem agora feita por vários ângulos possíveis, como num esforço máximo de ver o objeto com mil olhos. Nada aí deve escapar ao olhar ou aos olhares dos observadores. Acontece, porém, tão logo termina a experiência, que o relato do visto nada mais nos revela do que a própria multiplicidade dos olhares e o esfacelamento do campo de investigação.

O que não nos impede, no entanto, de continuarmos o processo de investigação, processo que agora só se mantém por uma espécie de teimosia, de impertinência, como a criança que tenta a todo custo abraçar a sua sombra e não se dá por satisfeita se a cada passo que ela dá a sombra também se desloca. Num determinado momento ela pára, fica tentando surpreendê-la, esconde-se atrás de uma árvore e várias outras corridas acabam por distraí-la e a ir brincar de outra coisa. Ou então, quando o sol desaparece e não existe mais sombra, a criança dá-se por satisfeita. Mas a alegria maior é quando, a pleno meio-dia, ela consegue pisar na própria cabeça, momento único e triunfal que é preciso aproveitar ao máximo, pois logo a corrida pode recomeçar.

Digamos que o trabalho do intérprete passa também por momentos triunfais, consagradores após anos de investigação, às vezes toda uma vida. E aqui o momento é tão importante, tão longo como se o sol tivesse parado. É preciso comemorá-lo. E enquanto houver comida, bebida e convidados, a festa não pode acabar, pois é falta de educação terminar a festa enquanto houver alguém comendo e bebendo. Mas se é preciso comemorar, que os convidados se revesem e continuem voltando para a festa todos os dias. À medida que passa o

tempo, porém, os convidados e os convidados dos convidados vão-se renovando e muitos são gente de grande importância que, por vezes, despertam a atenção de todos os olhares e, em seguida, acabam tomando conta da festa. Além disso, a festa é um tanto informal e qualquer um pode se fazer de convidado sem maiores problemas.

Sem nos preocuparmos se, a respeito do objeto que pretendemos analisar, no caso, o texto de Rousseau durante a Revolução Francesa, mais precisamente, o *Contrato Social*, haja bons ou maus leitores, o que nos importa é que eles são leitores e, enquanto tais, vêm também à festa, convidados ou não. A pergunta que colocamos é a seguinte: quem são eles e de onde eles falam? Por outro lado, quem é o dono da festa? Não seria o primeiro intérprete que ao captar o objeto chamou os amigos para comemorar? Ou seriam os convidados também intérpretes que viriam exigir que sua voz se fizesse também ouvir pela platéia? É que, na confusão geral, com muita gente importante por perto, o dono da festa acabou se confundindo com os convidados. E não se surpreenda o leitor se, no caso que vamos analisar, o próprio Rousseau apareça no meio do salão, dando conselhos, criticando os excessos de Robespierre, de Marat, elogiando os contra-revolucionários, elogiando o próprio Robespierre, etc. Mas este já seria um caso extraordinário, paranormal. Só acontece muito raramente e depende de muitos fatores, como a concentração dos convidados, a preparação do ambiente, a disponibilidade da alma desgarrada e vários outros elementos cuja descrição deixaremos para os iniciados nesses assuntos.

Contentemo-nos em responder à pergunta de quem são eles e de onde falam, já que o objeto aqui proposto é o *Contrato Social* e os intérpretes alguns leitores do período revolucionário. Apenas alguns, porque seria preciso um trabalho bem mais amplo se quiséssemos passar por todos os leitores de Rousseau durante a Revolução, uma multidão de admiradores e de opositores, que freqüentemente se escondiam no anonimato ou emprestavam o nome de Rousseau para suas obras. Sem querer fazer a exegese do texto e contrapô-la às de tais autores, nem somar suas análises às nossas, o que nos importa é que eles são leitores e inscritos num quadro político e ideológico definido. E o que será ainda importante a considerar é que, enquanto lêem e interpretam o pensamento político de Rousseau, esses leitores, mais do que o conteúdo do texto que se propõem a decifrar, revelam acima de tudo a sua própria identidade. Neste sentido, a leitura significa um olhar para si mesmos e a interpretação um prolongamento de sua prática política. Ora, este deslocamento do objeto para o intérprete, do que é visto para o que vê, não se faz por uma crença de que exista ou

não uma verdade do texto, mas por uma decisão metodológica que implica na análise das representações ideológicas que formam o quadro em que se insere o leitor, aqui os leitores do *Contrato Social*. Fica então suspensa a questão da boa ou da má leitura.

Outro problema que podemos adiantar ainda é o da influência. O que significa dizer que Rousseau influenciou ou não a Revolução? Antes de mais nada, esta questão, diante da nossa decisão inicial, aparece invertida, isto é, falar de influência ou sentir-se diretamente herdeiro das idéias do filósofo não passa de uma necessidade de legitimação de uma determinada prática política. Rousseau só tem um peso na Revolução enquanto os homens que se encontram no espaço que define a sua prática revolucionária o reclamam e pedem a ele a paternidade para o combate que travam num momento decisivo. E, como a Revolução Francesa não é um movimento único, homogêneo, mas se constitui de várias revoluções,¹ então aumenta a complexidade da nossa tarefa. É, portanto, num quadro complexo, onde os clubes e as associações fazem a trama de uma disputa pelo poder, que se inscrevem os leitores do *Contrato*.

Já em 1788, um simples elogio ao autor e à sua obra viria inaugurar um tipo de interpretação muito corrente durante a revolução. O texto foi publicado inicialmente como anônimo e com vários cortes e acréscimos da censura. Em 1791 surge uma segunda edição, mas desta vez com o nome do autor e com vários arranjos para o novo momento político. Só em 1799 o texto foi publicado de acordo com o manuscrito original.

Tomemos apenas o último parágrafo desse elogio nas três versões. "Ó Rousseau, virtuoso Jean-Jacques, fostes durante a vida o defensor dos direitos da humanidade, o apóstolo da verdade, o amigo dos homens, o intérprete da natureza; recebi após a morte, de uma nação esclarecida e reconhecida, governada por um jovem monarca, justo e generoso, a homenagem que ela presta à memória de todos aqueles que, como vós, a têm ilustrado."² Durante a revolução, o autor faz algumas correções, mas em cima do texto da primeira edição. "Ó Rousseau, virtuoso Jean-Jacques, fostes durante a vida o defensor dos direitos da humanidade, o apóstolo da verdade, o amigo dos costumes,

(1) Furet, F. e Richet, D., *La Révolution Française*, Paris, Marabout, 1973, p. 8.

(2) Bilhon, Jean-Frédéric Joseph, *Éloge de J.-J. Rousseau*, Genève et Paris, Mouton, 1788, p. 68. Bilhon ocupou o cargo de chefe da seção de litígios no Ministério das Finanças, desde 1790 até 1814.

o intérprete da natureza; recebi após a morte, de uma nação livre e que o vosso gênio inflama a homenagem particular que ela presta à vossa memória, concedendo-vos as honras dos grandes homens e erigindo-vos uma estátua diante da qual os novos Diógenes apagarão suas lanternas.”³ Enquanto que o texto original diria: “Ô Rousseau, virtuoso Jean-Jacques, fostes durante a vida o defensor dos costumes, o apóstolo da liberdade. Não está longe o tempo, sem dúvida, em que a França, afastada de seus preconceitos, reconhecerá publicamente o que ela deve ao homem da natureza e da verdade”.⁴ E o autor acrescenta numa nota de rodapé que “os decretos da assembléia legislativa, em honra da memória de Rousseau, vêm comprovar esta previsão”.

Certamente caberia aí uma análise minuciosa dessas três edições, dos cortes e acréscimos da censura na primeira e dos acréscimos do autor na segunda. Mas não seria ir muito longe se disséssemos que estamos diante de três representações diferentes de Rousseau. Para os censores, quem presta a homenagem é uma “nação esclarecida, governada por um jovem monarca, justo e generoso”. Por outro lado, já durante a revolução, já se nota uma mudança que permite ao autor dizer que quem presta a homenagem é uma “nação livre” e que Rousseau deve ser considerado como o principal autor da revolução. O que aparece no original é apenas uma previsão quanto à homenagem que os franceses devem a Rousseau. Os censores, por sua vez, irão cortar trechos onde Bilhon apresenta a aversão de Rousseau pela tirania e, em vez disso, aparecerá apenas o homem do amor à pátria e da liberdade.

Nesses termos, aparecerão ao mesmo tempo, no campo de luta ideológica da revolução, o Rousseau autor da revolução e o Rousseau defensor da monarquia. Revolucionários e contra-revolucionários reivindicarão junto a ele a paternidade para as suas idéias políticas. E, para além desse quadro mais amplo, a mesma disputa se repetirá entre os próprios clubes e partidos revolucionários. Não faltarão também os anti-rousseauístas que identificarão o autor do *Contrato* com os jacobinos e, por isso mesmo, o acusarão pelos excessos da época do terror.

No quadro da disputa pelas idéias de Rousseau durante a revolução, a discussão em torno do *Contrato Social* ganha espaço nos discursos oficiais, em jornais, panfletos e até mesmo em grandes tratados de política. “Uma obra nascida da pena vigorosa de um cidadão que, de um traço genial, redigia a constituição de todos os povos, dava às

(3) *Idem*, Paris, Imprimerie des 83 Départements, 1791, p. 79.

(4) *Ibidem*, Paris, Imprimerie Glisan, 1799, p. 66.

potências lições de direito público, transformava seus sistemas, reduzia a elementos simples esta ciência política da qual se ornavam indignamente, e ainda continuam, charlatães titulados; esta obra que deveria produzir uma grande reviravolta nas idéias. Alguns, imbuídos de preconceitos antigos, só viram em sua teoria arroubos de uma imaginação exaltada. Outros, mais refletidos, descobriram nela o germe de uma revolução terrível que deveria mudar o sistema político da Europa.”⁵

A começar pela França, a revolução deverá apresentar-se como o modelo de toda a Europa. E a unidade da nação francesa se transforma rapidamente na unidade do gênero humano que agora possui também o seu orador oficial, Anacharsis Clootz, que ampliará a teoria da soberania de Rousseau para todo o gênero humano organizado numa república universal. “Um corpo não faz a guerra a si mesmo e o gênero humano viverá em paz quando tiver formado um só corpo, uma só nação.”⁶ E o *Contrato Social* se torna o modelo teórico dessa transformação.

No entanto, um advogado parisiense, François Lenormant, pretende mostrar exatamente o contrário dessa tendência. Para ele, as idéias que Rousseau defende no *Contrato* colocam-no na posição de primeiro inimigo da revolução e se houvesse alguém que devesse prestar a ele uma homenagem, seriam certamente os aristocratas. Pois “Rousseau não somente não professava os princípios mais ousados que hoje estão na moda, mas também professava os contrários, isto é, aqueles que hoje são repetidos pelo grupo da assembléia nacional considerado aristocrata e que, por conseguinte, se Rousseau tivesse que ser apresentado como testemunha da revolução, ele o teria sido enquanto aristocrata”.⁷ O trabalho de Lenormant é construído, como ele mesmo diz logo no início do seu texto, a partir do momento em que tinha visto, com certo espanto, o busto de Rousseau na Assembléia Nacional ao lado de outros autores célebres. Tomando uma passagem do *Contrato*

(5) Bilhon, Jean-Frédéric Joseph, *op. cit.*, edição de 1799.

(6) Clootz, Jean-Baptiste (Anacharsis), *La République universelle ou Adresse aux tyrannicides*, par Anacharsis Clootz, orateur du genre humain, Paris, chez les marchands de nouveautés, ano IV, p. 7. Este barão prussiano, materialista declarado, admirador de Meslier, o padre ateu, se torna um dos revolucionários mais entusiastas chegando a ser deputado na Assembléia Legislativa. E, por seu excesso de materialismo e de zelo revolucionário, caiu logo em desgraça, sendo expulso da sociedade dos jacobinos e condenado à morte em 24/3/94 junto com Hebert.

(7) Lenormant, Jean-François, *J.-J. Rousseau aristocrate*, Paris, chez les marchands de nouveautés, 1790, p. 6.

onde Rousseau afirma que a soberania não pode ser representada pela mesma razão por que não pode ser alienada e onde ele diz que toda lei que o povo não tiver ratificado é nula, Lenormant é categórico: "Se pudessem me provar que a aplicação do princípio de Rousseau é impossível, o que só se poderia fazer empregando as mesmas razões que ele utiliza para provar que um governo democrático não convém a um estado grande, isto viria contribuir mais ainda para a minha causa. Ser-me-ia então fácil provar que a esperança de liberdade com a qual nos iludem é uma quimera, e que nós saímos de uma escravidão para cair numa outra pior do que a primeira".⁸

Ao retomar um dos temas mais importantes de Rousseau, o da representação, Lenormant pretende usá-lo como uma arma contra a Assembléia Nacional que, ao erigir Rousseau como seu patrono, e ao se constituir enquanto corpo representante de toda a nação francesa, não levava em consideração o ensinamento do filósofo de que a soberania não pode ser representada e que alienar-se é perder a própria liberdade.

Na verdade, as homenagens que a Assembléia Nacional presta a Rousseau colocam-no em primeiro plano como um dos companheiros inseparáveis na luta de libertação. "Como V. Sas., Rousseau odiava a tirania; como V. Sas., ele levava até a idolatria o culto e o amor à liberdade. Seus escritos, traduzidos em todas as línguas, têm contribuído para o esclarecimento das nações. Qual foi a sua recompensa? (...) Perseguido pelos homens com os quais tinha vivido, proscrito na França, nem mesmo encontrou asilo em sua pátria, pátria ingrata da qual ele tanto se orgulhava. O *Contrato Social* foi para V. Sas. a carta na qual encontraram os direitos esquecidos, os direitos desconhecidos, usurpados à nação e, sobretudo, o direito imprescritível de soberania."⁹ Cumplicidade na luta, cumplicidade na desgraça. Ao sofrimento de Rousseau corresponde o sofrimento do povo francês, à sua luta contra a tirania, a luta que pôs fim ao antigo regime.

É significativo o número de cartas anônimas e de textos endereçados à Assembléia Nacional, já em 1789, manifestando um certo espanto em relação à admiração dos homens daquela casa pelo pensamento político de Rousseau. A tônica geral desses escritos é que existe

(8) *Idem*, p. 47.

(9) *Recueil des pièces relatives à la motion faite à l'Assemblée Nationale, au sujet de J.-J. Rousseau et de sa veuve*, Paris, Imprimerie Nationale, 1790. A moção foi apresentada por Eymar, deputado de Forcalquier. Na mesma ocasião a Assembléia decreta que será erigida uma estátua em homenagem ao autor do *Contrato* e que será concedida uma pensão à viúva de Jean-Jacques.

uma contradição entre as decisões da Assembléia e o pensamento do cidadão de Genebra. A esta conclusão chega, por exemplo, Ferrand, após tomar a decisão de ler ao mesmo tempo o *Contrato* e os decretos da Assembléia Nacional. E “qual não foi o meu espanto ao encontrar a cada página o filósofo em contradição com os legisladores! Dez vezes eu recomecei a minha leitura e dez vezes encontrei contradições novas”.¹⁰ Ao todo, Ferrand apresenta 31 questões que ele considera conflitantes entre os decretos da Assembléia e o *Contrato*, desde o pacto que teria por finalidade a proteção e os bens de cada associado até a impossibilidade de alienação da soberania. “No estado atual eu vejo, há oito meses, castelos incendiados e pilhados, seus proprietários fugindo ou exterminados; e a Assembléia, sabendo dessas desordens e solicitadas a nelas pôr um fim, evita até mesmo receber as reclamações. A conclusão que eu tiro, talvez sem razão, é que, longe de proteger a pessoa e os bens de cada associado, a força comum os ataca.”¹¹ E sobre o caráter de representatividade da Assembléia, Ferrand afirma que ela representa a si mesma e que o autor que eles citam com tanto respeito os destronaria em quatro linhas.¹²

Por outro lado, Rousseau é invocado no debate sobre a Constituinte e, aqui, ao contrário do que sustentava Ferrand, não há nenhuma incompatibilidade entre os ensinamentos de Rousseau e a existência mesmo da Assembléia com poderes legislativos. É Aubert de Vitry que, escondendo-se no anonimato, faz com que a voz de Rousseau seja ouvida na Assembléia Nacional.¹³ Para ele, escolher representantes significa exercer a soberania e este é o único uso que um povo numeroso pode fazer desse direito.

Não faltou também quem se empenhasse na elaboração de um adendo ao *Contrato Social*, num esforço de adaptação e até mesmo de superação de alguns problemas que o texto de Rousseau pudesse apresentar diante das circunstâncias atuais desencadeadas pelo processo

(10) Ferrand, Antoine-François-Claude, *Adresse d'un citoyen très actif, ou questions (tirées du Contrat Social de Rousseau) présentées aux États généraux du Manège, vulgairement appelés Assemblée Nationale*, Paris, 1790. Descontente com os excessos da revolução, Ferrand exila-se na Alemanha em fins de 89 e volta na época da restauração para se tornar um dos principais ministros de Louis XVIII. Nesta ocasião ele se empenha ao máximo para que os emigrados, que tiveram seus bens confiscados pela revolução, sejam indenizados.

(11) *Idem*, p. 5.

(12) *Idem*, p. 40.

(13) Aubert de Vitry, François-Jean-Philibert, *J.-J. Rousseau à L'Assemblée Nationale*, Paris, 1789. Economista, por sua oposição aos jacobinos teve que fugir de Paris, voltando na época do Diretório.

revolucionário. É nesta perspectiva que aparece o *Suplemento ao Contrato Social* endereçado também à Assembléia Nacional. “Estas idéias são um suplemento natural ao *Contrato Social*, suplemento que se torna mais necessário à medida que se procura, naquela obra admirável, princípios aplicáveis ao reino imenso que se pretende construir e que nem sempre se encontram lá, pois Rousseau, cidadão de uma pequena república, só havia escrito para pequenos estados.”¹⁴ No final de sua obra Gudín apresenta um quadro estatístico da população da França de 1709 a 1790 e propõe que a Assembléia Nacional faça e publique com uma certa freqüência os dados de um recenseamento geral. Mas o que o leva a isto é um trecho do capítulo IX do livro III do *Contrato*: “Qual o fim da associação política? — a conservação e a prosperidade de seus membros. E qual o sinal mais seguro de que se conservam e prosperam? — o seu número e a sua população. (...) Calculadores, agora a tarefa é vossa: contai, medi e comparai”.¹⁵ Ao que Gudín acrescenta: “Seguimos o seu exemplo, calculamos, medimos e comparamos e o resultado de todos os cálculos demonstrou que a população da França que se supunha abaixo de 20 milhões, chegava a mais de 24 milhões, que nascia anualmente perto de 1 milhão de crianças e que a população tendia a crescer fortemente. Pode-se concluir daí que, segundo Rousseau, o antigo governo era muito bom”.¹⁶ Todos os grandes temas do *Contrato* são revistos pelo autor do *Suplemento*. A soberania poderá ser delegada aos representantes do povo. Onde Rousseau afirma que “as leis são sempre úteis aos que possuem e prejudiciais aos que nada têm”, numa crítica às leis instituídas, Gudín acrescenta: “As leis, como diz o autor do *Contrato Social*, são úteis principalmente aos que possuem uma propriedade. Esta é a base da sociedade entre os homens, o que a torna sagrada. Se essas verdades são incontestáveis, daí resulta que seria bom que todo cidadão tivesse uma propriedade”.¹⁷

Em meio a tantos admiradores, Rousseau tinha também grandes inimigos, dentre os quais Isnard que procurava atacá-lo num de seus princípios fundamentais, o da soberania como expressão da vontade geral. “O *Contrato Social* contém o princípio perigoso que produziu as

(14) Gudín de la Brenellerie, Paul-Philippe, *Supplément au Contrat social*, Paris, Maradan et Perlet, 1791. Membro das academias de Lyon, Marseille e Auxerre. Defensor da monarquia, foi obrigado a se refugiar na época do terror. O seu suplemento teve três edições na França, em 90, 91 e 92 e foi traduzido para o alemão em 92.

(15) Rousseau, J.-J., *Du Contrat Social*, Paris, Pléiade, Tome III, p. 419.

(16) Gudín de la Brenellerie, *op. cit.*, p. 290.

(17) *Idem*, p. 109.

revoluções da pátria de Jean-Jacques, que tirou a América da Inglaterra, que pode arrebatá-la à França da casa dos Bourbons e que talvez, para a infelicidade da Europa, continuará ainda a fermentar nas cabeças agitadas por algumas doses de política.”¹⁸ Este princípio, para Isnard, é aquele segundo o qual uma nação deve ser dirigida por uma vontade geral. “O homem que age de acordo com seus direitos, sem impedimento legítimo, goza de liberdade; o homem que age segundo a própria vontade é leviano em relação aos outros ou se torna escravo da própria vontade em relação a si mesmo. Uma nação que goza de seus direitos sem impedimento legítimo é livre; uma nação que age segundo a vontade de sua maioria é escrava dessa vontade.”¹⁹

Isnard condena Rousseau por ter colocado a vontade como o grande móvel, o centro da atividade política. Para ele é preferível ser governado por um único soberano do que por vários ao mesmo tempo. É cegar o povo dizer que ele será livre quando governar a si mesmo. Ao invés disso, Isnard propõe o governo de um monarca único que represente e simbolize a nação e que, em vez de governar segundo a própria vontade, faça da razão a sua lei. Assim, a discussão pela limitação dos poderes do rei nada mais é do que uma luta para dividir o poder soberano. Substituí-lo por uma Assembléia é entregar-se ao despotismo de vários “co-soberanos”. Além disso, há um outro ponto importante, pois “quando me dizem que cabe ao povo o exercício do poder legislativo é a mesma coisa que dizer que numa escola cabe aos alunos fazer as leis e aos professores executá-las”.²⁰ Como as luzes não chegaram ainda aos súditos, é de se esperar que não chegará nunca. Pois “é preciso ser discípulo de Rousseau para sustentar que aquele que governa está obrigado a se conformar às vontades dos governados”.²¹

Enquanto Isnard aponta o princípio da vontade como um grande equívoco em matéria de política, uma outra obra, desta vez de Sebastian Mercier, irá, de certa forma, selar o destino de Rousseau e do *Contrato* durante a revolução. Para Mercier, Rousseau “esboçou nesta pequena obra o mais suntuoso templo da arquitetura social: suas bases são grandes e fixarão o olhar da posteridade”.²² E a ênfase de Mercier

(18) Isnard, Achille Nicolas, *Observations sur le principe qui a produit les révolutions de France, de Genève et d'Amérique, dans le dix-huitième siècle*, Imp. Malassis, 1789, p. 4.

(19) *Idem*, p. 71.

(20) *Idem*, p. 47.

(21) *Idem*, p. 48.

(22) Mercier, Louis-Sebastien, *De Jean-Jacques Rousseau considéré comme l'un des premiers auteurs de la Révolution*, Paris, chez Buisson, 1791, 2 v., p. 46. Deputado

será dada exatamente no princípio que havia sido o alvo das críticas de Isnard. "Uma nação jamais se despoja do direito de querer; a nação é a lei perpétua e viva; os sacrifícios que ela nos pede, sejam quais forem, se tornam qualidades, leis positivas... o que faz o governo é uma correspondência estreita entre todas as partes que o compõem; tal correspondência não poderia existir sem o primeiro princípio de uma vontade geral."²³ Mas se Mercier assume a teoria da vontade geral, ele não deixa também de endereçar algumas críticas a Rousseau, não pelo que este afirma, mas pelo que omite. Por exemplo, segundo Mercier, Rousseau poderia ter dito alguma coisa sobre o direito de insurreição, este meio legítimo que todo povo oprimido tem de se rebelar. Crítica também Rousseau por não ter visto de maneira clara e positiva o poder constituinte como um poder primitivo e necessário. Como se Rousseau tivesse que dar conta, por antecipação, de uma série de acontecimentos importantes que se desenrolam a partir da tomada da Bastilha. E se Rousseau merece esta obra em dois volumes é porque ele contribuíra para a explosão da revolução atual. Revolução que se deve "não a alguns braços fortes ou a tiros de canhão, mas ao trabalho dos homens de letras".²⁴ Dentre estes se enquadra também, é claro, Sebastien Mercier. "Sob este ponto de vista eu me felicito de ter publicado em 1771, *L'An 2440*, em 1782, *Le Tableau de Paris* e em 1787, *Les notions sur les gouvernements*."²⁵

Esta relação de cumplicidade que leva ao reconhecimento dos companheiros de luta, desloca-se para o passado e, neste olhar para trás, ao mesmo tempo em que o autor identifica um grande companheiro como Rousseau, ele descobre também a si mesmo, pois suas obras agora são vistas segundo uma nova ótica, a da revolução feita e dos caminhos que foram percorridos para se chegar até ela.

A revolução começa a ter uma história que não se inicia com a tomada da Bastilha nem com a convocação dos Estados Gerais ou outro acontecimento qualquer, mas no longo trabalho por vezes oculto dos homens de letras. Quando o povo não podia falar eles falavam em seu lugar. No acúmulo de seus escritos contra a tirania esboça-se a resistência do povo oprimido. Para alguns, como Anacharsis Clootz, o orador do gênero humano, a sua tarefa ainda não terminou, ela

na Convenção Nacional, mas revoltado com os excessos da revolução, Mercier rompe com os jacobinos e é encarcerado. Solto após a queda de Robespierre, toma parte no conselho dos 500 criado pela constituição do Diretório.

(23) *Idem*, p. 46.

(24) *Idem*, p. 60.

(25) *Ibidem*.

continua. "O orador do gênero humano é um tribuno que se inflama de amor pela liberdade e de horror contra a tirania; é um homem que, após ter recebido a sanção de seu apostolado universal no seio do corpo constituinte do universo, se entrega unicamente à defesa gratuita dos milhões de escravos que gemem sob o jugo dos aristocratas. Seguirei minha carreira com um passo firme e seguro. Anacharsis Clootz persiste com a mesma modéstia (a de Voltaire que se dizia representante dos filósofos), a acreditar que os povos oprimidos se dignaram tomá-lo por seu representante."²⁶

Agora já não é mais a França que está em jogo, mas os povos oprimidos do mundo inteiro. O intelectual fala em nome daqueles que vivem sob o domínio da tirania e se é preciso engrossar as fileiras dos que se encontram nesta luta, é preciso também, acima de tudo, buscar reforços de peso, não só entre os vivos, isto é, entre os que se encontram em condições de levar às últimas conseqüências o apelo do orador do gênero humano, mas também entre os grandes homens que, no passado, deram a sua contribuição para a luta presente. Em contrapartida, será preciso eliminar os inimigos e odiar aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o fortalecimento da tirania.

Um dos pontos altos desta identificação com os princípios de Rousseau será o Círculo Social, uma espécie de loja paramaçônica que se opunha a todo espírito de clube e apresentava como objetivo fundamental a regeneração universal do gênero humano. Desta associação participavam, entre outros, Condorcet, Mercier, Clavière, Guy Kersaint, Nicolas de Bonneville e Claude Fauchet, esses dois últimos os fundadores. Possuíam uma editora, um jornal, seu órgão oficial, *La Bouche de Fer*, que saía três vezes por semana, uma revista mensal, *La Chronique du Mois* e chegaram a editar um jornal diário que durou 4 meses. Várias outras publicações menores completavam as atividades do grupo. A *Bouche de Fer* pretendia ser a voz do povo, que incansavelmente deveria exercer a vigilância das atividades da Assembléia Nacional, numa espécie de participação direta no poder. "O poder de vigilância e de opinião (quarto poder censorial do qual não se fala mais) que pertence igualmente a todos os indivíduos e que todos podem exercer igualmente SEM REPRESENTAÇÃO e sem perigo para o corpo político, constitui essencialmente a soberania nacional."²⁷ A força do povo deve ser a sua voz que ecoa pela *Bouche de Fer*. Por isso mesmo,

(26) Clootz, Anacharsis, *op. cit.*, p. 3.

(27) *La Bouche de Fer*, par Claude Fauchet et Nicolas de Bonneville, Imprimerie du Cercle Social, 1790-1791, 5 vol., nº 1, p. 10.

o Círculo Social se apressa em colocar à disposição dos cidadãos várias “bouches de fer”, urnas que eram postas em várias praças de Paris e mesmo em cidades do interior, onde o povo pudesse depositar suas reclamações, fazer denúncias, apresentar propostas à Assembléia Nacional. E os tribunos do povo, os membros do Círculo, se encarregavam de divulgar, através de seu jornal oficial, os clamores do povo, sua opinião, pois, “acima de tudo, é preciso que a Palavra seja ouvida, a Palavra que tudo engendrou, isto é, a voz da verdade que não está sujeita às interpretações frívolas dos homens, esta voz tão pura e tão franca que os sábios de outrora a designavam ao mesmo tempo a luz, a vida, a criação, a voz do povo, a voz de Deus ou a própria divindade, sopro celeste que deu uma alma a tudo o que respira.”²⁸

Fazendo, portanto, da palavra a sua arma, o Círculo Social ganha dimensões populares, a ponto de reunir freqüentemente no circo do Palais Royal multidões de 5 a 10 mil pessoas, após a fundação de uma outra organização mais ampla e que permitia a participação de gente mais simples. Estava criada a “Confederação Universal dos Amigos da Verdade” e Claude Fauchet, que recebera o título de “procurador geral da verdade”, se torna o seu orador oficial. É no Palais Royal que Fauchet comenta para a grande platéia os capítulos do *Contrato Social* numa série de conferências, todas elas publicadas na *Bouche de Fer*. Mais uma vez, o ponto mais difícil será a teoria da inalienabilidade da soberania. E como era preciso defender o caráter de representatividade da Assembléia Nacional, Fauchet não hesita em modelar a teoria de Rousseau apresentando o poder da opinião pública como a própria soberania, como uma forma de participação direta nas decisões, sem representação. Desta forma ele permanece ao mesmo tempo fiel aos princípios de Rousseau e ao caráter representativo da Assembléia Nacional. “Um estado, grande ou pequeno, não pode funcionar sem representantes, tanto no poder legislativo quanto no executivo; os representantes não podem possuir nunca, é preciso aqui confessar com Rousseau, a soberania, mas devem exercer, conforme a vontade geral, que é o único soberano, os poderes que dela decorrem.”²⁹

A cada passo da análise de Fauchet nota-se, ao lado de uma grande admiração por Rousseau, uma preocupação crítica muito grande, uma tentativa de ultrapassar algumas idéias centrais do *Contrato*. “Eu não gostaria de me expor mais à reprovação de um orgulho

(28) *Idem*, nº 2, p. 4.

(29) *La Bouche de Fer*, nº 31, p. 483.

nada modesto, que está longe de minhas idéias e de meu caráter; mas não posso deixar de afirmar, reconhecendo a superioridade do autor que estamos discutindo e a inferioridade em que a natureza me deixou, que as luzes adquiridas pela revolução, combinadas com o amor da verdade que me enche a alma, me tornam fácil a demonstração das verdadeiras conseqüências das quais às vezes se afastara este homem sublime.”³⁰

Se há alguns erros em Rousseau, segundo Fauchet, é a experiência revolucionária que permite corrigi-los, pois ele não previra todos os lances da revolução, razão pela qual é preciso amoldar sua teoria às novas circunstâncias, resguardando-se, contudo, a fidelidade a certos princípios gerais.

Tomemos aqui, apenas por curiosidade, um trabalho recente onde o autor nos diz o seguinte: “Fauchet, seguro de sua experiência, anota apenas o perigo que haveria de se tomar ao pé da letra certas fórmulas do *Contrato Social*. Ele sabe que a democracia se organiza, que seria ingenuidade, para isso, contar com a espontaneidade e que o instrumento deste combate não é uma vontade geral abstrata, mas os homens concretos que a realizam a todos os níveis, homens dos quais é preciso garantir ao mesmo tempo a liberdade e a responsabilidade”.³¹ Mas é surpreendente que Barny acrescenta: “A fraqueza da análise de Fauchet está, é preciso repetir, em ignorar a importância decisiva das relações entre os grupos sociais, isto é, da luta de classes”.³² O que não o impede de reconhecer um certo avanço de Fauchet em relação aos princípios de Rousseau.³³ Desta forma, Barny reprova e comemora Fauchet, que corrige e comemora Rousseau. As luzes da experiência revolucionária permitem a correção das idéias de Rousseau. Por sua vez, segundo Barny, a Fauchet faltou apenas o reconhecimento da luta de classes.

Ainda nesta mesma linha, um outro trabalho recente sobre Rousseau parece superar todas as expectativas. Trata-se da análise de Lucio Colletti. Sua tese é de que “a teoria política revolucionária, tal como se desenvolveu depois de Rousseau, se acha já inteiramente contida e prefigurada no *Contrato Social*; ou, para ser mais explícito, no que concerne à teoria ‘política’ em sentido estrito, Marx e Lênin não acres-

(30) *Idem*, p. 484.

(31) Barny, Roger, *J.-J. Rousseau dans la Révolution Française, Contribution à l'analyse de l'idéologie révolutionnaire bourgeoise*, Nanterre, tese de doutorado de estado em 5 volumes, tomo IV, p. 139.

(32) *Idem*.

(33) *Ibidem*, p. 181.

centaram nada a Rousseau, a não ser pela análise (por sinal muito importante), das 'bases econômicas' da extinção do Estado".³⁴ E Colletti ainda acrescenta que o grande mérito de Rousseau foi o de antecipar, em condições históricas ainda não maduras, os primeiros passos de uma crítica da sociedade burguesa moderna.³⁵

O que há de comum nas leituras de Barny e de Colletti é a crença de que há um encadeamento entre as idéias e que Rousseau e Fauchet fariam parte de um momento da realização da crítica da sociedade burguesa, crítica que encontraria a sua realização plena em Marx. Na verdade, o caráter profético das teorias de Rousseau e de Fauchet aparece por atribuição, isto é, eles são erigidos como profetas, num movimento onde muitos outros poderão ser também descobertos. Em contrapartida, outros autores serão condenados porque escaparão da rede ou porque, mesmo colhidos, serão jogados ao mar de volta por não terem sabido reconhecer os sinais dos tempos.

Mas deixemos de lado os leitores modernos de Rousseau, já que não é esse o objetivo do nosso trabalho, e voltemos ao bispo de Calvados, orador oficial da Confederação dos Amigos da Verdade, no seu discurso de inauguração daquela associação, ao invocar o nome de Rousseau. "Ó homem bom e justo... És tu ainda que me inspiras quando procuro afastar as sombras que obscurecem por instantes a tua sublime filosofia: com tua força amparas o meu fraco talento e me encorajas a lutar contra o desespero que de tua imaginação havia deslizado para teus princípios."³⁶ Funcionando como uma espécie de exorcista do texto de Rousseau, Fauchet opor-se-á ainda ao caráter convencional da sociedade. Para ele a sociabilidade é produto da natureza. "Se a sociedade dos homens não derivasse de sua natureza, seria preciso dissolvê-la e errar pelas florestas, ou ela não se teria estabelecido nunca, pois não pode haver união no universo sem a ação da natureza."³⁷ A própria revolução seria também resultado da ação da natureza. E se há alguma coisa a fazer é precisamente contribuir para o desenvolvimento desse processo natural de regeneração universal.³⁸

(34) Colletti, Lucio, *De Rousseau à Lénine*, trad. de Alexandre Bilous, Paris, Londres et New York, Gordon e Breach, 1974, p. 259.

(35) *Idem*, p. 245.

(36) *La Bouche de Fer*, nº 8, p. 123.

(37) *La Bouche de Fer*, nº 9, p. 174.

(38) Fauchet participa ativamente na tomada da Bastilha, chega a deputado na Assembléia Legislativa, funda o Círculo Social e a Confederação Universal. Colocando-se em oposição aos jacobinos, a princípio era acusado de agitador das massas no Palais Royal. E quando assumia posições mais moderadas foi acusado de cumplicidade no assassinato de Marat e executado em outubro de 1793.

O ano II da República marcaria uma nova etapa na história das leituras do *Contrato*. Em que pese a admiração de Robespierre por Rousseau, transparente em vários discursos, o culto ao ser supremo, para vários comentadores, teria sido tirado diretamente do último livro do *Contrato Social*, o que iria, de certa forma, identificar Rousseau ao jacobinismo.

No entanto, o encontro entre Robespierre e Rousseau nos é narrado de maneira bastante chocante por um autor anônimo. Na festa em sua homenagem, lá no outro mundo, Rousseau percebe a figura de um homem de olhar perdido, a boca espumante de inveja, o semblante totalmente desfigurado apesar do esforço para disfarçar o ódio. Dirigindo-se a Robespierre, Rousseau diz: "Não reprovarei a sua infâmia e a sua crueldade, mas quero lhe mostrar um espetáculo que fará o seu desespero, siga-me. Vou lhe mostrar os destinos da França cuja felicidade fará eternamente o seu suplício. Ao dizer estas palavras, Rousseau abre o livro dos destinos."³⁹ Ao repassar todos os crimes da época do terror, ele mostra a Robespierre a França regenerada após a queda dos jacobinos. Robespierre não suporta o quadro que Rousseau lhe apresenta e volta correndo para junto daqueles que, como ele, estavam destinados a viver para sempre na morada subterrânea dos condenados ao suplício eterno. Recusado por aquele a quem tanto admirava, que vexame para Robespierre!

Por outro lado, a grande festa em Paris em homenagem a Rousseau, quando do traslado de suas cinzas de Ermenonville ao Panthéon, tinha mais ou menos por objetivo encerrar de uma vez por todas com as discussões em torno de quem seria ou não herdeiro do pensamento político do cidadão de Genebra. Concedendo-lhe as honras dos grandes homens, a nação francesa esperava reservar para ele um lugar de repouso e tranqüilidade. Mas um outro anônimo nos traz uma notícia um tanto desagradável. Ele nos diz que alguns *sans-culottes* vinham escutando já há algum tempo, todas as noites de madrugada, um grande barulho no Panthéon. Até que resolveram investigar, pois poderia ser alguma trama contra-revolucionária. Pelo barulho que faziam, davam a impressão de uma assembléia de milhares de pessoas, mas qual não foi o espanto de todos ao perceberem apenas três pessoas discutindo. A primeira foi logo identificada, era Marat, mas as outras duas eram pouco conhecidas do grupo e foram identificadas depois como sendo Rousseau e Voltaire. Segundo a descrição dos *sans-cu-*

(39) *La Verité ou J.-J. Rousseau montrant à Robespierre le livre des Destins*, p. 3.

lottes, Voltaire tentava acalmar os ânimos enquanto Marat e Rousseau quase passavam às vias de fato.⁴⁰ O diálogo entre os dois se passa mais ou menos assim: “Marat — Vou denunciá-lo à posteridade, você é um aristocrata. Rousseau — A posteridade chegou para mim, ela me julgou e me colocou onde devo ficar, entre os amigos da humanidade. A posteridade chegará para você, ela o julgará e colocá-lo-á em seu verdadeiro lugar. Marat — Serei sempre reverenciado enquanto existirem homens livres. Rousseau — Enquanto existirem escravos. Marat — Promotor da escravidão, vá pregar sua moral na Turquia. Rousseau — Pregador do crime, vá dar lição aos tigres. Veja se não perturba as minhas cinzas com estas máximas odiosas. Marat — Veja se me deixa em paz com seus sofismas de moderado”.⁴¹ Segundo nos narra o anônimo, após esta discussão Rousseau queria sair do Panthéon, mas diante da insistência de Voltaire, acabou voltando para o seu túmulo protestando que não sairia mais de lá para ter que ouvir Marat.

Seja como for, segundo nos dizem ainda hoje os moradores daquele bairro parisiense, não é nada aconselhável entrar depois da meia-noite no Panthéon, pois sempre há alguma discussão violenta e podem sobrar alguns tabefes para quem por lá aparecer apenas para matar a curiosidade. Dizem também que os debates vão até o amanhecer do dia, com convidados do mundo inteiro e que em geral as festas degeneram em pancadaria.

Mas a platéia dos curiosos aumenta a cada dia, de tal forma que o Panthéon se tornou um monumento indispensável em suas vidas, principalmente quando a atração principal são os fantasmas de seus ídolos que se confundem agora com os seus próprios fantasmas. Quanto a Rousseau, os revolucionários já o haviam incorporado a seus fantasmas. Tiraram-no de Ermenonville para colocá-lo em pleno coração de Paris, ele, o amante da natureza. Não é à toa que, se não fosse a vontade geral, ele já teria deixado o Panthéon há muito tempo.

(40) *Grande Dispute au Panthéon entre Marat e J.-J. Rousseau*, Paris, Imprimerie des sans-culottes, 1794, p. 4.

(41) *Idem*, p. 41.